

Crise impõe limites a governadores

André Stumpf

Da equipe do **Correio**

Dinheiro na mão é vendaval, ensina Paulinho da Viola. Mas em matéria de administração pública, a decisão de gastar nem sempre pressupõe a existência do vil metal nos cofres. Os governadores dispõem de uma série de artifícios que permitem a realização de despesas, mesmo sem a necessária provisão financeira. Ou seja, desde que haja a chamada decisão política, o ato de governar, por si só, permite o vendaval financeiro. Ou permitia.

Os tesouros estaduais e municipais emitem títulos e as verbas federais podem ser utilizadas das mais variadas e imaginosas maneiras. Essa facilidade de criar moeda ocorre em nome da independência dos estados. É o princípio da federação. Cada um cuida de si e a União de todos. Em Brasília, não há controle. A Secretaria do Tesouro Nacional não tem as informações necessárias para saber da verdadeira situação financeira de um estado. E mais: se o governador quiser, pode sonegar as informações ao governo federal.

"A melhor maneira de saber como anda o estado é fazer uma relação entre receita e despesa com pessoal", informa o economista Raul Velloso. Um governo deve gastar até 60% do total de seus

rendimentos com pessoal. Outros 30% ficariam por conta da realização de investimentos e os 10% restantes dedicados ao pagamento de dívidas.

No lançamento do Plano Real, o governo federal negociou com o Congresso a concessão de reajuste de 23% aos funcionários públicos. Alguns estados concederam este aumento, que correspondia ao resíduo inflacionário anterior ao programa. Foi um choque nas folhas de pagamento no período em que a inflação já estava baixa. Depois, os estados tiveram que arcar com o crescimento vegetativo de suas folhas, ocasionado por promoções, contratações e o crescimento de inativos. Diante desse cenário, alguns governadores tiveram suas administrações estranguladas.

CRIATIVIDADE

Essa situação deu origem à indústria de precatórios. Os governos são obrigados a inscrever no orçamento do ano seguinte verbas para pagamento de precatórios. Alguns funcionários imaginosos — a central funcionava em São Paulo — produziam falsos documentos e colocavam no orçamento muito mais do que o necessário. Parte deste dinheiro foi desviado para pagamento de pessoal ou realização de obras.

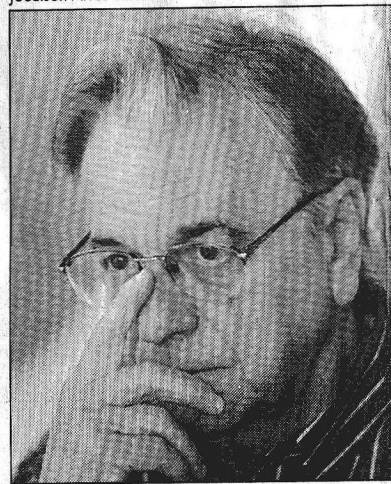
A disputa eleitoral em Brasília co-

Marcos Fernandes 18.10.98



Covas: recebeu um estado falido e recuperou finanças de São Paulo

Joédison Alves 12.08.98



Itamar: contra política econômica e demissão de servidores públicos

locou frente a frente dois conceitos de administrador público. O candi-

dato Joaquim Roriz ressaltou em sua campanha a realização de mais de três mil obras, prometeu outras realizações, insinuou distribuição de lotes e reafirmou sua disposição de dar aumento aos servidores públicos. Esse é o perfil de um candidato gastador. Cristovam Buarque, ao contrário, não prometeu aumentos de salários e orientou seus gastos para a área social. No Distrito Federal, quase 80% dos recursos vão para a folha de pagamentos.

Mário Covas recebeu o estado de São Paulo falido, com um nível elevadíssimo de comprometimento de sua receita com o pagamento de pessoal. O Banespa estava quebrado e várias empresas em situação pré-falimentar. Conseguiu sanear as finanças do estado. E ainda encontrou tempo para gerar alguns recursos destinados ao investimento. Paulo Maluf, de outro lado, jamais foi austero. Sempre projetou a idéia de que bom administrador é dinâmico. Aquele que faz.

Em Minas Gerais ocorreu algo neste linha. Itamar Franco guarda mágoas profundas de Fernando Henrique. Ele não perdoa seu ex-ministro da Fazenda por não ter lido os créditos devidos. Poderá ser um sério opositor no Congresso e no território das finanças, pois tenderá a se credenciar como um vigoroso contestador da política econômica.

No Rio de Janeiro, Anthony Ga-

rotinho, do PDT, fez um boa administração na cidade de Campos, norte fluminense. A bacia de Campos é a maior produtora de petróleo do Brasil. A cidade, onde há uma vasta operação da Petrobrás, tem enorme importância estratégica. Lá, Garotinho, ex-locutor de rádio, publicitário, montou sua base de apoio. Sua vida deve ser muito bem organizada porque a declaração de patrimônio apresentada inclui bens no valor de R\$ 18,00. Isso mesmo: R\$ 18,00.

A nova realidade brasileira, moldada pela crise financeira internacional, e pelos problemas econômicos internos, vai exigir austeridade desde o presidente da República até o prefeito dos mais longínquos dos municípios. Em tempos de inflação baixa, o dinheiro escasso deve ser valorizado. A criatividade está cerceada. Os precatórios estão limitados pelo Senado Federal, como também a emissão de títulos públicos. Os bancos estaduais estão sofrendo rigorosa fiscalização do Banco Central.

Governadores e prefeitos continuarão a gozar das liberdades oferecidas pelo sistema federativo, mas terão que reconhecer limites na hora de gastar. A criatividade, neste final de século no Brasil, está em ser seletivo nos projetos para com pouco dinheiro obter as melhores respostas. É isso que está em jogo nessas eleições.